

A PRODUÇÃO AUDIOVISUAL NA PARAÍBA A PARTIR DO FUNDO DE INCENTIVO À CULTURA AUGUSTO DOS ANJOS

Filipe Brito Gama ¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar o Fundo de Incentivo à Cultura Augusto dos Anjos, instituído a partir da Lei Estadual nº 7.516/2003 na Paraíba, com a função de viabilizar produções artísticas e culturais no estado, a partir do financiamento de projetos inscritos por produtores culturais locais. Especificamente nessa pesquisa o foco são os projetos para produção de obras audiovisuais. A análise será feita primeiramente compreendendo o contexto desse fundo de incentivo, para posteriormente observar as normas jurídicas que regem esse benefício. Em seguida analisar, a partir dos números das quatro edições do FIC Augusto dos Anjos, quanto do orçamento é destinado ao audiovisual, quais foram os projetos aceitos e se são documentários ou ficções.

Palavras-chave: Fundo de Incentivo à Cultura Augusto dos Anjos; Produção audiovisual; Leis de incentivo a cultura; Paraíba;

1 - Introdução

As leis de incentivo à produção cinematográfica no Brasil foram de fundamental importância na década de 1990 para a reativação da produção de filmes (principalmente a partir da criação da Lei do Audiovisual – Lei nº 8.685/93), na produção de longas-metragens ficcionais e documentários e também no crescimento da realização de curtas. E, como afirma André Gatti, “somente a partir da presença do Estado no campo cinematográfico foi possível a retomada da filmografia nacional” (2007, p. 117), promovendo uma troca entre o Cinema, que precisava de auxílio para produzir, e o Estado, que buscava uma maior visibilidade, possibilitando a viabilização de grandes orçamentos (MARSON, 2006, p. 62). Porém, esse tipo de investimento não é, nem de longe, uma unanimidade, já que a quantidade de verba provinda de isenção fiscal por partes de leis de incentivo para financiamento de filmes é substancial, e muitas vezes são gastos sem qualquer compromisso de retorno, como afirma Eduardo Escorel (2005,

¹ Graduado em Bacharelado em Arte e Mídia na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Imagem e Som (PPGIS) na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Email: filipebgama@gmail.com



p. 29), podendo-se criar, dessa maneira, uma cinematografia sem diálogo com seu público, resultante apenas da vontade do realizador de produzir; além da existência, principalmente no final da década de 1990, de denúncias de superfaturamentos em projetos audiovisuais, uso indevido dos benefícios e falta de clareza nas prestações de conta.

Mas, além da instância federal, Gatti (2007, p. 119) ainda afirma que, a partir da década de 1990, os governos estaduais passaram a investir mais na área cultural. Segundo o mesmo autor:

Os Estados brasileiros foram elementos importantes no processo de composição dos recursos destinados à produção audiovisual. Esta situação pode ser observada pelo crescimento da produção de filmes de curta-metragem e de outros produtos audiovisuais, ditos culturais, em estados sem grande tradição na elaboração de obras do gênero, como Ceará, Pernambuco etc.

Melina Marson (2009, p. 50) afirma que essas leis regionalizadas foram de fundamental importância para o cinema daquela década, já que “esses estímulos locais viabilizaram a regionalização e a tão alardeada diversidade do Cinema de Retomada”.

Esse período da “Retomada”, a partir de toda conjuntura que o cerca, possibilitou uma descentralização da produção, fazendo com que surgissem novos realizadores em diversas regiões – inclusive no Nordeste, onde Pernambuco, Bahia e Ceará tiveram maior destaque. A pesquisadora Karla Holanda (2008, p. 29) assevera que “mecanismos como leis de incentivo à cultura para estimular a produção em um estado representam um passo essencial para se conquistar a auto-sustentabilidade, inclusive com a descentralização, da produção e exibição [...]”. Especificamente na Paraíba, em se tratando de longas-metragens de ficção, não houve nenhuma obra de maior destaque nesse período da retomada. Observando a pesquisa feita por Holanda, em que ela analisa a produção de documentários entre os anos de 1994 e 2003, nenhum filme paraibano se utilizou de lei federal ou estadual para sua realização, e apenas 9,5% dessas produções da Paraíba se valeram de alguma lei municipal. A maior parte da produção analisada por ela se amparou em apoios e patrocínios diretos e/ou em recursos próprios – mas é importante destacar que este apoio veio, fundamentalmente, de uma instituição federal: a Universidade Federal da Paraíba. A autora mostra que, neste período, o estado paraibano apresentou um quadro diferente do vigente no Brasil com relação a políticas de incentivo cultural – enquanto na Paraíba pouco se investia em cinema, no país, o orçamento era cada vez mais ampliado. No período trabalhado, as únicas leis existentes, segundo ela, eram a Lei Municipal Viva Cultura nº 7.380, de 09

de novembro de 1993, e a, posteriormente, Lei Municipal nº 9.560, de dezembro de 2001, criando o Fundo Municipal de Cultura – ambas de João Pessoa.

Em seu trabalho foi citada uma lei estadual, mas que acabou não apresentando reflexos em sua pesquisa, pois os filmes derivados dos benefícios dessa lei só foram concluídos em 2005. Esta Lei é a nº 7.516/2003, que teve como principal objetivo a criação de um fundo de incentivo à cultura, conhecido como “Fundo de Incentivo à Cultura Augusto dos Anjos – FIC Augusto dos Anjos”.

E é sobre este fundo especificamente que o presente trabalho pretende se pautar, buscando detalhar as questões dentro dos textos das normas que regem esse fundo de incentivo, entender como foi pensando seu funcionamento através desses preceitos normativos, os mecanismos criados para que essa iniciativa funcione, além de analisar os números que envolvem todas as edições do FIC, observando a quantidade de projetos e de financiamentos por parte do governo estadual, para que, finalmente, se possa focar nas obras cinematográficas, fazendo um balanço do quanto foi gasto com filmes a partir desse fundo e quais foram os filmes realizados – diferenciando, contudo, as produções de documentário e de ficção.

O FIC Augusto dos Anjos esteve ativo nos anos de 2004, 2005, 2006 e 2008 a partir de editais organizados por uma Comissão Técnica de Análise de Projetos – os quais divulgavam as condições para o envio de projetos e o orçamento total para o respectivo ano. Os produtores culturais submetiam então seus projetos a esse edital, detalhando aspectos sobre o produto ou a ação a ser realizada e o orçamento necessário para realização do projeto dentro de um cronograma.

2 - Análise das normas diretrizes do FIC Augusto dos Anjos

No fim da década de 1990, através da Lei Estadual nº 6.894, de 02 de junho de 2000, houve na Paraíba, a criação de um Fundo específico para a cultura, através do Programa Estadual de Incentivo à Cultura (PROCULT), instituído pelo governador José Targino Maranhão (PMDB), chefe do Poder Executivo estadual à época. Esse Programa (vinculado à Secretaria de Educação e Cultura e Subsecretaria de Cultura) tinha como metas implementar os seguintes mecanismos, como exposto em seu artigo 1º:

I – Comissão Estadual de Desenvolvimento da Cultura (COMDESC);

II – Fundo Estadual de Desenvolvimento da Cultura (FUNDESC);

O FUNDESC foi, posteriormente, substituído pelo Fundo de Incentivo à Cultura Augusto dos Anjos, instituído pela Lei Estadual nº 7.516, em 24 de dezembro de 2003,

que será tratado de forma mais detalhada à frente; já o CONDESC foi substituído pelo CTAP – Comissão Técnica de Análise de Projetos, também constituída pela mesma Lei.

Os objetivos do PROCULT, e consequentemente do FUNDESC e do COMDESC, se assemelham bastante aos do FIC Augusto dos Anjos, quando se observa nas referidas leis os escopos que as mesmas propõem (ambas mencionam seus objetivos em seus artigos 2º). Entre eles estão a tentativa de estimular a formação artístico-cultural no Estado; a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural e incentivar a produção cultural, incluindo em seu artigo 2º, inciso II “a) a produção de discos, vídeos, filmes e outras formas de reprodução fonovideográficas de caráter cultural” ,portanto, tendo como um de seus interesses o desenvolvimento de produtos audiovisuais (como também exposto em seu artigo 7º, ao incluir a produção videográfica e cinematográfica entre as atividades culturais abrangidas pela Lei).

Em seu artigo 8º, a referida lei trata do COMDESC, definindo como objetivo dessa Comissão analisar e aprovar os projetos e ações que sejam considerados de interesse cultural a fim de garantir o financiamento estatal. A Lei discorre, ao longo de seu texto, ainda, sobre como funcionará essa Comissão, como será feita sua composição (artigo 9º) e o que aos membros é proibido. Trata também das obrigações do proponente dos projetos através dos artigos 11 e 12. Sobre as despesas do Fundo Estadual de Desenvolvimento, o Poder Executivo poderia incluí-las na proposta orçamentária ou solicitar a abertura de crédito especial (artigos. 13 e 15).

A extinção do PROCULT se deu com a revogação da Lei 6.894/00, pela Lei Estadual nº 7.583, de 31 de maio de 2004, promulgada pelo Governador Cássio Cunha Lima (PSDB), que em seu artigo 1º decretou explicitamente o fim deste Programa.

Como supracitado, o Fundo de Incentivo à Cultura Augusto dos Anjos teve sua criação instituído em 24 de dezembro de 2003, quando o governador do estado à época, Cássio Cunha Lima, sanciona a Lei 7.516, determinando em seu artigo 1º que este fundo deveria ser operacionalizado pela Secretaria da Educação e Cultura e Subsecretaria de Cultura através de uma Comissão Técnica de Análise de Projetos (CTAP). As semelhanças entre as leis que estabeleceram o PROCULT e o FIC Augusto dos Anjos são significativas, tendo como núcleos a ideia de se criar um Fundo para promover projetos culturais, em diversos segmentos artísticos – fundo este organizado através de uma Comissão com poder de julgar, aprovar e acompanhar os projetos e consequentemente a verba destinada a eles.

Em seu artigo 2º, a referida lei vai tratar dos objetivos do FIC Augusto dos Anjos – entre eles está o estímulo à formação artística no Estado, através da concessão de bolsas de estudo, pesquisa e trabalho, atividades destinadas à capacitação e especialização e premiação de artistas e criadores, sempre focando nas áreas da arte e cultura, em atividades com produção de discos, vídeos, filmes e outras formas de reprodução, além de outras atividades artísticas com a realização de obras literárias, exposições, festivais de artes, dentre outros.

Com relação aos recursos utilizados para o Fundo, eles são provenientes, dentre outras fontes, principalmente pela própria dotação orçamentária estadual, subvenções, doações de pessoas físicas e jurídicas e participação nos direitos autorais das obras financiadas, segundo descreve o artigo 4º.

Dos recursos reservados ao FIC, segundo o artigo 6º, 65% devem ser investidos em projetos sem fins lucrativos e com interesse sociocultural; 30% em projetos com fins lucrativos; e 5% para cobrir serviços e despesas do próprio fundo.

O artigo 7º define quais atividades podem ser contempladas pelos benefícios do Fundo, e entre elas a que interessa especificamente a este trabalho:

II – produção cinematográfica, videográfica, fotográfica, discográfica e congêneres;

Do 8º ao 10º artigo, essa lei define as características, objetivos, funções e vedações do CTAP. Segundo o artigo 8º, o CTAP tem como “objetivo central o recebimento, a análise e a aprovação dos projetos e de ações consideradas de interesse cultural para obtenção do apoio e dos incentivos financeiros previstos neste diploma legal”, além de também criar os editais anuais para submissão dos projetos. No artigo seguinte, detalha-se como é a escolha dos 10 membros titulares da Comissão, e no artigo 10º veda-se a apreciação de projetos de membros da CTAP e de seus parentes de até 2º grau, bem como sócios ou titulares de empresas a eles vinculadas. Em um Decreto Regulamentar posterior, alguns detalhes relacionados à organização da Comissão foram definidos. Nos artigos 11 e 12, a Lei vai tratar de algumas obrigações do proponente para obtenção dos benefícios da Lei.

A regulamentação da referida Lei, como determinado em seu artigo 14, foi realizada pelo Decreto Regulamentar nº 24.933, expedido em 09 de março de 2004 pelo Governador Cássio Cunha Lima. Analisando o caso específico, a Lei 7.516 apresenta em linhas gerais as ideias sobre a criação do FIC Augusto dos Anjos, e o Decreto

Regulamentar nº 24.933 tem como função operacionalizar a execução das atividades do Fundo.

Seu artigo 1º (do decreto) determina que o FIC Augusto dos Anjos é regido pelo referido Decreto e por demais atos da Secretaria de Educação e Cultura, mas devendo observar os dispositivos relacionados à gestão de Fundos Especiais, existentes na Lei Estadual nº 3.654, de 10 de fevereiro de 1971 (artigos 252 a 260). Em seu artigo 2º o Decreto reafirma a natureza e a função do Fundo:

Art. 2º - O FIC Augusto dos Anjos é de natureza contábil especial e tem por finalidade proporcionar suporte financeiro à administração estadual das políticas da cultura e prestar apoio financeiro a projetos culturais de iniciativa de pessoas físicas ou de pessoas jurídicas, que visem a fomentar e a estimular a produção artística e cultural do Estado da Paraíba.

Parágrafo único – O FIC Augusto dos Anjos é operacionalizado pela Secretaria da Educação e Cultura/Subsecretaria da Cultura, através da Comissão Técnica de Análise de Projetos – CTAP, e administrado por uma Comissão Gestora nomeada de acordo com o disposto no art. 5º da Lei nº 7.516, de 24 de dezembro de 2003.

Um ponto a ser destacado é a possibilidade tanto de pessoas físicas quanto jurídicas poderem ser beneficiadas pela lei, sempre deixando clara a necessidade de estimular a produção cultura no Estado. Sobre os projetos relacionados a produção audiovisual, apenas pessoas físicas foram proponentes nas edições analisadas por esse trabalho.

Em linhas posteriores, o Decreto detalha a questão da competência da Secretaria de Educação e Cultura, da Comissão Gestora do FIC e de seu Secretário Executivo e também do CTAP, e quais as suas funções e obrigações. Ainda sobre o CTAP, a lei vai dissertar sobre quando deverá haver reuniões e como elas devem ser conduzidas. A Comissão Técnica de Análise de Projetos também fica incumbida de elaborar os Editais, que devem ser aprovados pela Subsecretaria de Cultura, e que posteriormente serão colocados ao conhecimento do público através do Diário Oficial do Estado.

Os artigos que seguem no texto da referida norma regulamentadora tratam da apresentação dos projetos culturais que vão pleitear o benefício, especificando algumas questões sobre como devem ser feitos, quais documentos são necessários, a necessidade de um orçamento detalhado, além da exposição clara no projeto acerca da contrapartida social do mesmo. Sobre a possibilidade de utilizar parte da verba para divulgação do projeto, o artigo 15 afirma que este valor não pode ultrapassar 20% do valor da proposta básica de produção, e esses valores devem ser detalhados também.

No artigo 16, o Decreto vai tratar de obras cinematográficas, ao falar da contrapartida que a obra tem de oferecer ao governo. Afirma, no inciso II, que, no caso de produções cinematográficas, é obrigatória a entrega de cópias em VHS ou DVD dos produtos financiados; e no inciso III determina o repasse de 5% dos ingressos em caso de exibição do filmes.

Os Capítulos V e VI do Decreto vão tratar de como o CTAP deve proceder na análise dos projetos e quais os critérios utilizados pela Comissão para escolha dos mesmos, deixando claro, no artigo 34, que as decisões são irrecorríveis. No Capítulo VII, ao tratar dos recursos destinados ao FIC, em seu artigo 35, a norma vai repetir o que foi colocado no artigo 4º da Lei 7.516/2003, já citada neste trabalho, além de especificar os gastos que serão inclusos no percentual de 5%, que se destina às despesas concernentes à manutenção do FIC.

O repasse dos recursos para os produtores culturais é tratado no Capítulo VIII da espécie normativa em análise, declarando assim que essa verba será entregue aos projetos seguindo um calendário específico acordado entre as partes. A segunda liberação do benefício será entregue somente mediante prestação de contas e da apresentação do cumprimento do cronograma (artigo 36). Neste capítulo também foi estipulada a possibilidade de prorrogação dos prazos de execução do projeto, a pedido do interessado para o CTAP, mas somente uma vez, e “quando relevantes as razões que fundamentem tal pedido”.

No último Edital do FIC, do ano de 2008, alguns projetos de diversas áreas ficaram sem receber o benefício na época devida. Segundo o próprio site do governo da Paraíba, dos 63 projetos, apenas 32 haviam recebido subvenção do governo. Segundo essa nota², nos anos de 2009 e 2010 o governo do Estado não pagou o valor previsto para o Fundo, o que resultou na interrupção de vários projetos. Durante o ano de 2011, segundo a Secretaria de Cultura do Estado³, a dívida de aproximadamente 630 mil reais seria paga. No texto, o Secretário de Cultura, Chico César, ainda falou da reformulação de algumas características da Lei, “desburocratizando” tanto o envio de projetos quanto a forma de prestação de contas.

Logo após a regulamentação da Lei, foi lançado o primeiro edital do FIC Augusto dos Anjos, ainda no ano de 2004. Os outros editais foram lançados em 2005,

²Site do Governo do Estado da Paraíba <<http://www.paraiba.pb.gov.br/20424/governo-do-estado-retoma-pagamento-de-aprovados-no-fic-2008.html>> Acesso em: 07 de janeiro 2011.

³ A Secretaria de Estado da Cultura, antes denominada Secretaria de Estado da Educação e Cultura, com uma Subsecretaria de Cultura, foi criada a partir da Lei 9.332 de 25 de janeiro de 2011.

2006 e 2008. Pode-se perceber que tanto a Lei quanto o Decreto têm um caráter mais geral, e pouco tratam especificamente de produções cinematográficas ou qualquer outro tipo de atividade cultural. Como a intenção desse Fundo é de promover, de forma abrangente, diversas atividades culturais e artísticas, o audiovisual ocupará apenas uma parcela desses incentivos, como poderá ser observado na sequência deste trabalho.

3 - Análise dos números do FIC

Ao observar as listas dos projetos aprovados nos quatro editais do FIC Augusto dos Anjos, obtidas por meio do Secretário Executivo do Fundo, Nathanael Alves Filho⁴, pode-se criar um panorama acerca de alguns dados, tais como: quantidade de verba disponível em cada edital (e no total de todas as edições); número de projetos aprovados; quantos projetos estão relacionados à produção cinematográfica, analisando comparativamente o número de produções de ficção e documentário; qual o percentual das obras audiovisuais; além de observar como tal financiamento foi distribuído entre as cidades do Estado, para que se possa fazer um comparativo dos projetos no geral e só aqueles relacionados ao audiovisual.

Ao observar os valores referentes aos quatro editais, o valor total destinado ao projeto via Fundo de Incentivo à Cultura foi de R\$ 8.787.101,55 distribuídos entre 239 projetos. Desses projetos, apenas 12 são para produção de filmes⁵, com o total de investimento de R\$ 554.702,78. Conclui-se, então, que, percentualmente, a produção videográfica e cinematográfica equivalem a aproximadamente 5,02% do total de projetos aprovados, correspondendo a 6,31% do orçamento total.

No ano de 2004 ocorreu a publicação do primeiro edital realizado a partir do FIC, com verba de R\$ 3.605.092,50 (disponível para a realização dos projetos) – maior valor dentre as quatro edições, distribuída entre 64 projetos em 20 cidades diferentes: João Pessoa, Campina Grande, Alcantil, Alhandra, Aparecida, Cabaceiras, Cabedelo, Cajazeiras, Itabaiana, Pilar, Pirpirituba, Princesa Isabel, Pocinhos, Santa Luzia, Sapé, São José de Piranhas, Remigio, Solanea, Sousa, Zabelê,

Dos projetos aprovados três estavam relacionados à produção de filmes, todos originados da cidade de João Pessoa, onde juntos obtiveram R\$ 135.984,97 do total do financiamento dessa edição. Os filmes realizados, e seus respectivos proponentes, foram:

⁴ A partir do email ficaugustodosanjos@gmail.com

⁵ Além dos doze projetos citados, outros dois foram classificados na “Área Audiovisual”, sendo um site e uma telecinagem de um longa-metragem.

- *O Cão Sedento* – Bruno de Sales Wanderley – R\$ 18.895,21;
- *Bestiário* – Tiago Penna – R\$ 17.116,80;
- *Meio do Mundo* – Marcos Antônio de Oliveira Vilar – R\$ 99.973,25.

O Cão Sedento é um curta-metragem (10 min.) de **ficção**, finalizado em 2005, dirigido por Bruno de Salles. Foi realizado em 16 mm – diferentemente da maioria dos filmes realizados na região nesta época, que já se utilizavam do suporte digital. Essa película participou de diversos festivais importantes no país, como o Cine PE e o Festival de Brasília⁶. *O Meio do Mundo* (11 min.) é também um curta de **ficção** do ano de 2005, realizado em 35 mm, suporte também não muito usual no estado, devido ao seu alto custo e pequeno número de profissionais habilitados. Este filme também participou de festivais de cinema importantes, como o Festival de Brasília. Já *Bestiário* é uma **ficção** com a direção de Carlos Dowling e produção do proponente Tiago Penna, que teve, com o financiamento do FIC, o início de sua produção (e que, ao que tudo indica, está em fase de pré-produção, como informa o próprio diretor em uma entrevista ao Festival Cine Esquema Novo 2011⁷).

Percentualmente, o valor total destinado ao FIC 2004 equivale a 41,02% dos benefícios de todas as quatro edições. Com relação ao financiamento específico dos projetos audiovisuais neste ano, o valor equivale a apenas 3,77% do pagamento total de 2004, e 24,51% quando comparado ao montante de todas as produções de filmes dos quatro editais.

Em 2005 foram aprovados apenas 48 projetos, o menor número entre as edições, com uma verba total de R\$1.729.813,64. O número de cidades também foi o menor, consequência do número reduzido de projetos, com apenas 11 municípios: João Pessoa, Campina Grande, Areia, Cajazeiras, Lagoa Seca, Nazarezinho, Patos, Pombal, Riacho de Santo Antônio, Sousa e Taperoá.

No campo do audiovisual, quatro projetos foram aprovados, sendo que um deles não corresponde à produção, mas à telecinagem para DVD e prensagem do filme *O Salário da Morte* (1970), uma ficção de 70 min. dirigida por Linduarte Noronha, em João Pessoa, e realizada em 35 mm⁸, com o projeto de autoria de José Bezerra Filho, de

⁶ Informações no site do Porta Curtas -< <http://www.portacurtas.com.br/filme.asp?Cod=3209> > Acesso em 10 de janeiro de 2012.

⁷ Blog do Festival Esquema Novo <<http://cineesquemanovo.wordpress.com/tag/baptista-virou-maquina/>>- Acesso em 10 de janeiro de 2012.

⁸ Site da cinemateca brasileira <<http://cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=P&nextAction=search&exprSearch=ID=024661&format=detailed.pft>> – Acesso em 11 de janeiro de 2012.

João Pessoa e custo de R\$ 12.917,49. Os outros três estão relacionados à realização, e correspondem a um total de R\$ 136.415,91:

- *O Sonho de Inacim - O Aprendiz do Padre Rolim* – Eliezer Leite Rolim Filho – R\$ 99.998,55 (João Pessoa)

- *Um Fazedor de Filmes* – Ely Marques Ferreira – R\$ 19.997,70 (João Pessoa)

- *Cajá – Vídeo Raízes* – Aguinaldo Batista Rolim – R\$ 16.419,66 (Cajazeiras)

O Sonho de Inacim - O Aprendiz do Padre Rolim é um longa-metragem de **ficção** de 2009, dirigido por Eliézer Rolim, e tem como destaque a presença de atores já consolidados no cinema nacional, como, por exemplo, José Wilker, José Dumont e Marcélia Cartaxo. Esta produção contou também com o incentivo por parte do Governo Federal a partir da Lei do Audiovisual. *Um Fazedor de Filmes* é um **documentário**, média-metragem, que foi produzido e dirigido por Arthur Lins e Ely Marques (2006), participando de diversos festivais como o de Gramado e o Cineport. O projeto *Cajá – Vídeos Raízes* é, na verdade, uma coletânea de DVD's e VHS's com **documentários**, entrevistas e reportagens sobre a história de Cajazeiras, organizado por Aguinaldo Rolim e exibido em 2006⁹.

O valor destinado ao ano de 2005 equivale a 19,68% do total de todas as edições. Já o valor destinado à produção das metragens equivale a 7,88% daquele ano, e a 24,59% se relacionado ao total dos projetos audiovisuais.

No ano seguinte, em 2006, o FIC destinou R\$1.886.425,59 para todos os 64 projetos aprovados, divididos em 19 cidades: Campina Grande, João Pessoa, Aparecida, Areia, Bananeiras, Bayeux, Boa Vista, Boqueirão, Cabedelo, Cajazeiras, Lagoa Seca, Mãe D'Água, Monteiro, Nazarezinho, Patos, Santa Luzia, Santa Rita, São Bentinho, São João do Tigre.

Na área do Audiovisual foram aprovados quatro projetos, sendo um deles a produção de um Site, de nome “Projeto Mídia Digital”, proposto por José Daniel Graneros, com o custo de R\$ 7.787,48. Os outros três projetos relacionados à produção cinematográfica custaram R\$ 133.949,92, e foram:

- *O Apóstolo do Sertão* – Laércio Ferreira de Oliveira Filho – R\$ 29.901,19 (Aparecida)

- *Água Barrenta* – Tiago Penna – R\$ 91.520,40 (João Pessoa)

- *Crias de Piollin* – Bertrand de Souza Lira – R\$ 12.528,33 (João Pessoa)

⁹ Portal Click PB < <http://www.clickpb.com.br/noticias/paraiba/historia-da-cidade-de-cajazeiras-e-tema-do-projeto-caja-video-raizes/> > - Acesso em 10 de janeiro de 2012.

O Apostolo do Sertão é um curta-metragem (20 min.) **documentário** dirigido por Laércio Ferreira Filho, de 2008, que trata da história do Dr. José Rodrigues Ferreira, um grande empreendedor do sertão paraibano. *Água Barrenta* é um curta **ficcional** de 15 min. do diretor Tiago Penna, e teve suas primeiras exibições em 2010. O filme *Crias de Piollin* (2008) é um documentário, média-metragem, dirigido por Bertrand Lira, com a duração de 53min. e tem como destaque seu tema, ao tratar da história do grupo de teatro Piollin, um dos principais representantes das artes cênicas no Estado. Esse filme foi posteriormente lançado em DVD¹⁰.

Percentualmente, o valor destinado ao ano de 2006 equivale a 21,48% do total do FIC. Com relação ao financiamento para a produção dos filmes, eles equivalem a 7,10% do orçamento deste ano e 24,14% quando comparados ao montante dos projetos audiovisuais.

Já no ano de 2008, o valor total do orçamento foi de R\$ 1.565.769,82, divididos para 63 projetos de 24 municípios distintos, maior número entre todos os anos: Campina Grande, João Pessoa, Alagoa Grande, Bayeux, Cabedelo, Campo de Santana, Cuité, Cajazeiras, Esperança, Guarabira, Lagoa Seca, Lucena, Mãe D'Água, Mari, Marizópolis, Monteiro, Nazarezinho, Pombal, Poço de José de Moura, Serra Branca, Soledade, Sousa, Sumé, São José de Piranhas.

A produção de filmes obteve o capital de R\$148.351,69 divididos em três projetos de três cidades diferentes:

- *O Velho do Rio* – Leonardo Alves de Oliveira – R\$ 29.654,00 (Sousa);
- *Onde Borges Tudo Vê* – Taciano Valério de Alves da Silva – R\$ 48.697,69 (Campina Grande);
- *Redemoinho* – Marcélia de Sousa Cartaxo – R\$ 70.000,00 (João Pessoa).

Esses filmes fizeram parte do edital que atrasou na entrega do financiamento. *O Velho do Rio* (2010) é um curta-metragem **documentário** dirigido por Leonardo Alves, captado em suporte digital. *Onde Borges Tudo Vê* (2010)¹¹, com direção de Taciano Valério, a princípio foi pensando para ser um curta, mas acabou se transformando em um longa-metragem de **ficção**, e tem a história baseada em um conto do próprio diretor, chamado “Fragmentos de um olhar” (2002). O outro filme é o curta **ficcional**

¹⁰ Jornal Diário da Borborema < <http://www.db.com.br/noticia/84351.html> > - Acesso em 10 de janeiro de 2012.

¹¹ Portal Correio da Paraíba < <http://www.portalcorreio.com.br/noticias/matLer.asp?newsId=199916> > - Acesso em 11 de janeiro de 2012.

Redemoinho da atriz Marcélia Cartaxo, que, neste projeto, assina a direção, e que ainda está em produção.

Nesse ano, o valor disponível no Fundo equivale a 17,81% do total das quatro edições. Analisando apenas os projetos cinematográficos, estes correspondem a 9,47% do orçamento no ano de 2008, e a 26,74% quando contabilizados todos os valores desta área.

Quando observados apenas os projetos de produção audiovisual, temos os seguintes números:

- Sete produções ficcionais, com o orçamento geral de R\$ 446.201,90, o que equivale a 80,43% do total das obras cinematográficas;
- Cinco produções de documentários, com orçamento de R\$ 108.500,88, equivalente a apenas 19,57% por cento daquelas produções.

Ao analisar esses números, é significativa a diferença entre os tipos fílmicos, decorrente provavelmente das condições de produção que cada gênero sugere. As produções documentárias geralmente são para curtas ou médias metragens, e que exigem uma equipe menor, menos equipamentos, e de produções mais dinâmicas. Provavelmente todas essas produções utilizaram equipamentos digitais tanto nas filmagens quanto na pós-produção, o que provoca um barateamento nos processos de produção, realidade esta muito presente no campo documentário do Brasil nos últimos anos como afirma Consuelo Lins e Cláudia Mesquita (2009, p. 11). Dentre as ficções, foram ou estão sendo produzidos três longas-metragens, além de curtas em película, tanto 16 mm quanto 35 mm, que acabaram elevando o custo desses filmes – além de exigirem equipes maiores, com uma variedade de profissionais, e de um tempo de produção amplo.

Das cidades beneficiadas com projetos audiovisuais, existe certo domínio da capital João Pessoa, com oito dos doze projetos. A cidade de Campina Grande conta com apenas um projeto aprovado, assim como Cajazeiras, Aparecida e Sousa. Especificamente nos documentários, o domínio da capital é menor, dos cinco projetos, apenas dois são de João Pessoa, pertencendo os outros três às cidades de Sousa, Aparecida e Cajazeiras.

4 - Analisando um caso específico: *Um fazedor de filmes* e o FIC Augusto dos Anjos

Para compreender melhor como é o diálogo entre os produtores culturais do campo do audiovisual e o FIC Augusto dos Anjos, fez-se uma entrevista não publicada,

via email, com o realizador paraibano Ely Marques, diretor juntamente com Arthur Lins do filme *Um fazedor de filmes*. Ely Marques é um realizador atuante no cinema paraibano, dirigindo filmes como *O Plano do Cachorro*, juntamente com Arthur Lins, além de participar da atividade cinematográfica em outras funções, principalmente na edição, montagem e/ou finalização, como nas obras *Terra Erma* e *Depois da Curva* (Helton Paulino), *Hemocromatose* (Breno Cesar), *Sweet Karolynne* e *Oferenda* (Ana Bárbara), *Estes* (Torquato Joel), entre outras produções.

Sobre a metragem, Ely afirma que o filme foi pensado exatamente para ser submetido ao FIC, e talvez sem esse incentivo a produção não acontecesse. Antes da aprovação do projeto, iniciou-se uma pesquisa para fundamentar a proposta e também para elaborar o roteiro do filme, mas sempre pensando na submissão de uma proposta para o fundo. Segundo o realizador, para se candidatar ao benefício o proponente precisa enviar o projeto escrito em dois envelopes, um com os dados pessoais, currículos, equipes, entre outros documentos, e outro com o projeto proposto.

O benefício foi utilizado nesse documentário para pagar a equipe, a alimentação, deslocamento, hospedagem, enfim, toda a logística da produção, além do uso de imagem. Sobre o orçamento, Ely Marques disse que ele sofreu algum ajuste, não captando a quantidade quista pelo produtor, e que a redução da verba foi uma condicionante para que o projeto fosse aprovado, a partir de um diálogo com o CTAP. O pagamento nesse caso específico foi executados de acordo com o cronograma estipulado pelas partes, sem atrasos. E com relação a esse mesmo cronograma, alguns atrasos aconteceram na produção, mas que foram devidamente justificados para a Comissão, como determina o Decreto e o edital, não resultando problema algum para o realizador. Sobre a movimentação financeira para o projeto, ele afirma que a prestação de contas é mensal, a partir de contadores, com planilhas, cópias de notas fiscais, cheques e demais documentos que comprovem a transação financeira, e todo mês essa prestação tem que ser feita, mesmo que não haja movimentação nenhuma, até o termino do projeto e por consequência o de sua respectiva conta bancária.

Em sua opinião, o FIC Augusto dos Anjos é um programa de extrema importância para a Paraíba, mas tem uma série de problemas, já que possui um calendário curto para programação de projetos, além disso, sua lei é desrespeitada pela não publicação e execução anual de editais; existem atrasos no pagamento; e o baixo orçamento nas edições, que consequência vão incidir em um quantia pequena para projetos audiovisuais.

5 - Considerações Finais

O Fundo de Cultura Augusto dos Anjos é um dos principais financiadores de projetos artísticos e culturais na Paraíba, sendo o mais relevante do estado no tocante a quantidade de verba disponível e o número de obras beneficiadas.

Mas por ser uma lei que visa beneficiar projetos de arte e cultura em geral, acaba proporcionando um reduzido orçamento para o campo específico do audiovisual, contemplando apenas uma pequena parcela desse financiamento. Nos documentários, essa verba é ainda menor, tratando essas produções como filmes que necessitam de menor orçamento. Além disso, outros problemas como a não manutenção do fundo de forma anual, a redução da verba disponível, os atrasos no pagamento e não cumprimento de cronogramas acaba mostrando falhas e a necessidade de mudança nessa relação do estado com a produção artística e cultural.

Com o crescimento da produção cinematográfica paraibana, e conseqüentemente de profissionais e interessados na área, existe a necessidade de se criar algumas iniciativas não só para a realização, mas também para a difusão dessas obras e espaços para que elas possam ser exibidas no próprio estado. Como supracitado, e também descrito pelo entrevistado Ely Marques, o FIC é extremamente importante para contemplar esse aumento produtivo, porém necessita de melhoras significativas, primeiro em uma maior regularidade de seus editais, para que eles sejam lançados anualmente, e também na ampliação de seu orçamento, contemplando de forma mais significativa as diferentes expressões artísticas e culturais. Além disso, possíveis editais específicos para financiamento de produção de filmes, manutenção e criação de espaços de exibição, locais para oficinas e entre outras atividades no campo do cinema, enfim, políticas públicas específicas para o audiovisual parecem necessárias para dar suporte a essa crescente produção.

Referências Bibliográficas

GATTI, A. O mercado cinematográfico brasileiro: uma situação global? In: MELEIRO, Alessandra (org.). **Cinema no mundo: indústria, política e mercado – America Latina**. São Paulo: Escrituras Editora, 2007. p. 99-142.

ESCOREL, E. Adivinhadores de água. In: **Adivinhadores de água**. São Paulo: Cosac Naify, 2005. p. 13-34

HOLANDA, K. **Documentário nordestino**: mapeamento, história e análise. São Paulo: Fapesp, 2008. 172 p.

LINS, C; MESQUITA, C. **Filmar o real**: sobre o documentário brasileiro contemporâneo. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 94 p.

MARSON, M. I. **Cinema e Políticas de Estado**: da Embrafilme à Ancine. São Paulo: Escrituras Editora, 2009. 240 p. Industria Cinematográfica e Audiovisual Brasileira I.

MARSON, M. I. **O cinema da retomada**: estado e cinema no Brasil da dissolução da Embrafilme à criação da Ancine. 2006. 203f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas.

TEIXEIRA, F. E. (Org.). **Documentário no Brasil**: tradição e transformação. São Paulo: Summus, 2004.

PARAÍBA. Decreto Regulamentar nº 24.933 de 09 de março de 2004. Regulamenta o Fundo de Incentivo à Cultura – FIC Augusto dos Anjos, instituído pela Lei nº 7.516, de 24 de dezembro de 2003, e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado da Paraíba**. Disponível em: < http://www.hploco.com/letra_a/apac/FIC.html > Acesso em 27 jan. 2012.

PARAÍBA. Lei nº 6.894 de 02 de junho de 2000. Cria o Programa Estadual de Incentivo à Cultura (PROCULT) e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado da Paraíba**, João Pessoa, PB, 03 jun. 2000. Disponível em: < http://201.73.83.244:8082/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/6667_texto_integral > Acesso em 29 jan. 2012.

PARAÍBA. Lei nº 7.516 de 24 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a criação do Fundo de Incentivo à Cultura Augusto dos Anjos e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado da Paraíba**, João Pessoa, PB, 25 dez. 2003. Disponível em: < http://201.73.83.244:8082/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/7353_texto_integral > Acesso em 25 jan. 2012.